

APÊNDICE V-A
Memória de cálculo dos percentuais da PCFP (motorista, item 1 da licitação)

Esta memória de cálculo é comum a todos os órgãos participantes, se houverem. Ela é compatível com contratos com vigência inicial informada na tabela 1.

Tabela 1 - Vigência inicial do contrato em meses

	Duração em meses
Vigência inicial do contrato	24

Fonte: Elaboração própria

Dados básicos

Para a elaboração das planilhas de custos dos postos, foram considerados, além desta memória de cálculo, os dados básicos para a PCFP, tanto os definidos pelo campus como os que dependem da proposta da empresa, e os insumos a serem fornecidos.

Foram consideradas as disposições contidas na instrumento de negociação coletiva adotado, para fins de estimativa do custo do posto. É importante lembrar que a convenção ou acordo coletivo de trabalho terão prevalência sobre a legislação infraconstitucional, conforme art. 611-A da CLT e repercussão geral reconhecida (Tema 1.046) pelo STF.

Módulo 1 – Composição da remuneração

Quanto aos adicionais de periculosidade e insalubridade, foi considerado o laudo elaborado pela equipe de Segurança de Trabalho do IFRN e nas características da presente contratação. Vale destacar que a contratada deverá elaborar seu próprio laudo, para justificar o pagamento ou não dos adicionais de periculosidade e insalubridade aos seus empregados que irão prestar os serviços ora contratados.

Na tabela a seguir, estão demonstrados os dados relativos ao módulo 1, considerados no cálculo do valor estimado de cada posto.

Tabela 2 - Dados relativos ao módulo 1, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
B	Adicional de periculosidade [1]	0 ou 30%	Salário-base x Adicional de periculosidade	Salário-base	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 191)
C	Adicional de insalubridade [1]	0 ou 40%	Salário-base x Adicional de insalubridade	Salário-mínimo [2]	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 192), Súmula 228/TST, Súmula Vinculante 4/STF

Notas explicativas:

[1] Quanto aos adicionais de periculosidade e insalubridade, foi considerada, para fins de estimativa de custos, a avaliação da equipe de engenheiros de Segurança do Trabalho da Contratante. O licitante deverá manter o valor do adicional de periculosidade e/ou insalubridade. Todavia, o pagamento ou não de cada um destes adicionais está condicionado a apresentação do respectivo laudo.

[2] A utilização do valor do referido piso salarial (e não do salário-mínimo) como base de cálculo para adicional de insalubridade tem respaldo no entendimento do STF, conforme trecho a seguir:

"É importante assinalar, neste ponto, que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 565.714/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, não obstante a diretriz que viria a ser consolidada na Súmula Vinculante nº 4/STF, reconheceu, ainda que de modo excepcional e sempre em caráter meramente supletivo, a possibilidade de utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem pecuniária de servidor público ou de benefício laboral de empregado, até a superveniência de legislação pertinente ou, quando viável, de celebração de acordo coletivo ou de convenção coletiva de trabalho. Na realidade, esta Suprema Corte, ao assim decidir, construiu solução transitória destinada a obstar a ocorrência de indesejável estado de 'vacuum legis'". [AI 344.269-AgR-AgR/SP, rel. min. Celso de Mello, 2ª T, j. 23-06-209, DJE 148 de 06-08-2009]

Este entendimento também está em consonância com o entendimento da AGU, que orienta que:

"O PISO SALARIAL DA CATEGORIA ESTABELECIDO POR CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, ACORDO COLETIVO DE TRABALHO OU SENTENÇA NORMATIVA SOMENTE PODERÁ SER ADOTADO COMO BASE DE CÁLCULO SE O INSTRUMENTO COLETIVO DISPUSER, EXPRESSAMENTE, SOBRE TAL DIREITO." [CONCLUSÃO DEPCONS/PGF/AGU Nº 147/2018]

Assim, será utilizado como base de cálculo do adicional de insalubridade o piso salarial do grupo I conforme disposto na Convenção Coletiva de Trabalho.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Além de serem previstos em legislação trabalhista, os encargos e benefícios concedidos tem como base as convenções e acordo coletivos de trabalho considerados, os quais já foram demonstrados.

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

Os custos que compõem o submódulo 2.1 estão previstos na legislação trabalhista. A tabela a seguir demonstra as principais informações referentes aos componentes deste submódulo, inclusive a memória de cálculo de cada percentual. A tabela se aplica a todos os postos.

Tabela 3 - Dados relativos ao submódulo 2.1, para todos os postos

Item	Descrição	Percentual %	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	13º Salário [1]	8,33%	percentual relativo ao 13º Salário (Conta-depósito vinculada)	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, VIII).
B	Férias e Adicional de Férias [1] [2] [3]	12,10%	percentual relativo a Férias e Adicional de Férias (Conta-depósito vinculada)	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XVII).
Total		20,43%			

Notas explicativas:

[1] Percentual estabelecido na tabela "Reserva mensal para pagamento de encargos trabalhistas", conforme Anexo XII da IN 5/2017-SEGES/MP (Conta-depósito vinculada).

[2] O órgão que adota a conta vinculada é obrigado a reter 12,10% de férias e adicional de férias por força da IN 5/2017 em seu anexo XII. O custo relativo às férias corresponde a 9,08% e o do adicional de férias a 3,02%.

[3] Esta rubrica será renovada a cada ano da vigência contratual, uma vez que será utilizada para custear as férias e adicional de férias do titular do posto, devidas a cada período de 12 meses. Vale destacar que esta rubrica também custeará as férias indenizadas do titular do posto no período da última prorrogação contratual. Como o valor a ser provisionado para o "Substituto para cobertura de férias" foi reduzido (ver nota explicativa 1 do submódulo 4.1), abrangendo apenas os custos a serem efetivamente incorridos, não é cabível a nota 3 do submódulo 2.1 no Anexo VII-D da IN 5/2017, que considera que a rubrica relativa às Férias torna-se custo não renovável quando da prorrogação contratual.

Fonte: Elaboração própria

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

Os custos que compõem o submódulo 2.2 também estão previstos na legislação trabalhista. Os percentuais dependerão do tipo de contrato de trabalho, se tradicional ou temporário. As tabelas a seguir demonstram as informações relativas aos componentes deste submódulo para os postos com contrato de trabalho tradicional, com notas explicativas.

Tabela 4 - Dados relativos ao submódulo 2.2, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	INSS	20,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.212/1991 (art. 22, I).
B	Salário Educação	2,50%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto nº 87.043/1982 (art. 3º, I); Lei nº 9.424/1996 (art. 15)
C	SAT - Seguro Acidente de Trabalho (informar RAT da empresa)	6,00%	RAT x FAP = 3% x 2 = 6%	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.212/1991 (art. 22, II); Decreto nº 3.048/1999 (anexo V); Decreto nº 6.957/2009.
D	SESC ou Sesi	1,50%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto-Lei nº 9.853/1946 (art. 3º), Lei nº 8.036/1990 (art. 30).
E	SENAI - SENAC	1,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto-Lei nº 6.246/1944 (art. 1º); Decreto-Lei nº 8.621/1946 (art. 4º).
F	SEBRAE	0,60%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.029/1990 (art. 8º)
G	INCRA	0,20%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto-Lei nº 1.146/1970 (art. 1º).

H	FGTS	8,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.036/1990 (art. 15); Constituição Federal (art. 7º, III).
Total		39,80%			

Notas explicativas:

[1] O percentual de 6%, que está sendo considerado para o SAT (Seguro Acidente de Trabalho), é o máximo aceitável. O percentual relativo ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho) é obtido multiplicando o grau de risco (RAT) pelo Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

- RAT: Será considerado como grau de risco (RAT), 3%, que é o aplicável para "Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional" (CNAE 4929-9/02), conforme o Anexo V do Decreto n. 3.048/1999.

- FAP: Nesta estimativa, será considerado o FAP máximo, que equivale a 2, conforme o art. 202-A, § 1º, do referido decreto].
 Todavia, a empresa deverá utilizar seu próprio índice, atribuído pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e consultado através do site: <https://www2.dataprev.gov.br/FapWeb/faces/pages/principal.xhtml>. Para fins de comprovação do SAT informado, a empresa deverá apresentar sua GFIP mais recente ou outro documento aplicável.

Fonte: Elaboração própria

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

Os custos que compõem o submódulo 2.3 têm como fundamento a(s) convenção(ões) e acordo(s) coletivo(s) de trabalho considerado(s). A tabela a seguir demonstra os dados referentes ao submódulo 2.3 para todos os postos, com notas explicativas. No Apêndice IV-B, constam as tabelas com os dados necessários para os cálculos do submódulo 2.3.

Tabela 5 - Dados relativos ao submódulo 2.3, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do valor	Base de cálculo	Fundamento
A	Transporte [1] [2] [3]	-	(Qtde mensal x Preço da passagem) - (Salário-base x Desconto)	Salário-base	Lei nº 7.418/1985 (art 4º);
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	Valor do auxílio - Desconto de 20%	Salário-base	Lei nº 6.321/1976; Decreto nº 5/1991 (art. 2º, § 1º); Convenção Coletiva de Trabalho
C	Plano de saúde	-	Valor do auxílio	-	Convenção Coletiva de Trabalho
D	Plano odontológico	-	Valor do benefício	-	Convenção Coletiva de Trabalho
E	Benefício assistencial	-	Valor do benefício	-	Convenção Coletiva de Trabalho

Notas explicativas:

[1] Em obediência à Lei nº 7.418/1985, será concedido auxílio-transporte a todos os trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços. Este auxílio visa fazer face às despesas do trabalhador com os seus deslocamentos no percurso residência-trabalho e vice-versa (art. 4º da Lei nº 7.418/1985).

[2] Foi considerada a tarifa de transporte público vigente a data de conclusão deste termo de referência. A licitante deve considerar a tarifa vigente na data da apresentação da sua proposta. Contudo, o valor efetivo do auxílio-transporte será calculado durante a gestão do contrato, quando será conhecido o local de residência de cada trabalhador e suas despesas com o deslocamento residência-trabalho e vice-versa. Destacamos que estes deslocamentos deverão ser através de sistema de transporte coletivo público, nos termos do art. 1º da Lei nº 7418/1985. Destacamos ainda que, conforme o § 1º do art. 63 da IN SEGES/MPDG, a contratada deve complementar os custos que porventura variarem em virtude de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantidade de vale-transporte.

[3] No caso de postos com jornada de trabalho de 44 horas semanais, a quantidade de dias trabalhados por mês (excluídos os sábados, domingos e feriados) será 21, conforme o Acórdão TCU nº 1904/2007 Plenário (p. 15). Esta quantidade é calculada através da seguinte fórmula:

$$[(365 / 7) \times 5 - 9] / 12 = 20,98 = \sim 21 \text{ dias}$$

Onde:

365 = número de dias no ano

7 = número de dias na semana

5 = número de dias úteis (segunda a sexta)

9 = número de feriados nacionais em dias úteis (média)

12 = número de meses no ano

O referido Acórdão pode ser obtido através do link:

https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo*/NUMACORDAO%253A1904%2520ANOACORDAO%253A2007%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0

Vale lembrar que a esta a quantidade deverá ser acrescentada a da sábados, domingos e feriados, se for o caso. Vale lembrar também que a quantidade de dias trabalhados deve ser considerada no cálculo do auxílio-transporte e do auxílio-alimentação, caso seja estabelecido um valor por dia trabalhado.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 3 – Provisão para rescisão

Os componentes do módulo 3 tem como base a legislação trabalhista. Os percentuais dependerão do tipo de contrato de trabalho, se tradicional ou temporário (situação também observada no submódulo 2.2 e no módulo 4). A tabela a seguir demonstra os dados relativos a este módulo para os postos com contrato de trabalho tradicional, com notas informativas.

Tabela 6 - Dados relativos ao módulo 3, para os postos com contrato de trabalho tradicional

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado [1] [2] [9]	0,23%	$\{ \text{remuneração} + [(\text{remuneração} / \text{dias do mês}) \times \text{dias acrescentados ao aviso prévio}] / \text{meses da vigência inicial} \} \times \text{estimativa de substituição} = [1 + [(1/30) \times 3]] / 24 \times 5\% = 0,23\%$ <p>nas prorrogações, caso não haja renovação integral deste custo, a memória de cálculo será:</p> $\{ [(\text{remuneração} / \text{dias do mês}) \times \text{dias acrescentados ao aviso prévio}] / \text{meses da vigência inicial} \} \times \text{estimativa de substituição} = \{ [(1/30) \times (3+3)] / 24 \} \times 5\% = 0,04\%$	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XXI); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 487, § 1º).
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado [3] [10]	0,02%	$\text{percentual do aviso prévio indenizado} \times \text{alíquota do FGTS} = 0,23\% \times 8\% = 0,02\%$	Módulo 1	Súmula n.º 305 do TST
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado [4] [5] [11]	3,47%	$(\text{remuneração} + 13^\circ \text{ salário} + \text{férias e adicional de férias}) \times \text{FGTS} \times \text{multa} = ((1 + 1/12 + 12,10\%) \times 8\% \times 40\%) \times 90\% = 3,47\%$	Módulo 1	Lei Complementar 110/2001 (art. 1º); Lei 8.036/1990, (art. 18, §1º); Lei nº 13.932/2019 (art. 12).
D	Aviso Prévio Trabalhado [6] [7] [8] [10]	0,97%	$[(\text{remuneração} / \text{dias do mês}) \times \text{dias não trabalhados}] / \text{meses da vigência inicial} = [(1/30) \times 7] / 24 = [7/30] / 24 = 0,97\%$	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XXI); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT, art. 487 e 488).

E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado [2] [10]	0,39%	percentual do aviso prévio trabalhado x percentual total do submódulo 2.2 = $0,97\% \times 39,8\% = 0,39\%$	Módulo 1	-
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado [8] [11]	0,53%	percentual da multa FGTS sobre o aviso prévio indenizado e o aviso prévio trabalhado (Conta-depósito vinculada) - percentual da multa FGTS sobre o aviso prévio indenizado = $4\% - 3,47\% = 0,53\%$	Módulo 1	Lei Complementar 110/2001, art. 1º; Lei 8.036/1990 (art. 18, §1º); Lei nº 13.932/2019 (art. 12).
Total		5,61%			

Notas explicativas:

[1] Em levantamento efetuado em diversos contratos, o MPOG (2011, p. 24) alerta que cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho

(http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf).

[2] Quando o contrato for prorrogado, caso não haja demissão nos últimos 24 meses, "deverá constar da planilha de custos para a prorrogação somente a previsão da extensão do aviso prévio, consoante disposto na Lei nº 12.506, de 2011, de três (03) dias a mais por ano trabalhado, até o limite máximo de 42 (quarenta e dois) dias, haja vista que os contratos poderão ser prorrogados até 60 (sessenta) meses", conforme orientação contida no compranet (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/impactos-da-reforma-trabalhista-nos-contratos-da-administracao>). Ainda de acordo com a orientação citada, "além deste, também deverão ser renovadas as provisões para possível pagamento de multa sobre o saldo do FGTS, uma vez que a mesma tem natureza cumulativa aos depósitos realizados mês a mês". Vale destacar que apesar desta orientação ter sido emitida antes da Lei nº 14.133/2021 ter sido sancionada (quando os contratos tinham vigência máxima de 60 meses), sua lógica continua válida para o novo limite máximo da vigência dos contratos administrativos, estabelecido por esta Lei, a saber: 120 meses.

[3] Percentual encontrado na planilha de custo e formação de preço elaborado por esta administração. A empresa deve considerar o percentual obtido na sua própria planilha.

[4] O art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, extinguiu a contribuição social de 10% sobre a soma dos depósitos do FGTS, no caso de demissão sem justa causa. Assim, nestes casos, deverá ser paga apenas a multa de 40% sobre o referido montante, conforme o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

[5] Considerando que 90% do empregados serão demitidos pelo empregador e apenas 10% pedirão demissão, de acordo com estudo do MPOG, p. 24 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-

[6] Redução de 7 dias ou de 2h por dia, conforme art. 488 da CLT.

[7] De acordo com o entendimento do TCU no Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração "deve estabelecer na minuta do contrato que a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011" (Enunciado do Boletim de Jurisprudência nº 176/2017).

[8] O item "Aviso Prévio Trabalhado" da Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP) visa provisionar o custo necessário para substituir os empregados por 7 dias, como bem observado pelo sr. José Hélio Justo, em sua consulta à Coordenação-Geral de Normas (CGNOR) do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), através de mensagem eletrônica, no dia 18 de julho de 2023 (<https://gestgov.discourse.group/t/contrato-de-5-anos-a-planilha-tb-tem-que-ser-com-valores-para-5-anos/26220/10>). Vale lembrar também que o Decreto-Lei 5452/1943 prevê que, durante o aviso prévio, o empregado, que trabalhar sem a redução das 2 (duas) horas diárias, poderá faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 7 (sete) dias corridos (parágrafo único do art. 488). Entendemos que o acréscimo, ao aviso de prévio, de 3 dias por ano de serviço prestado na mesma empresa (instituído pela Lei nº 12506/2011), não implica em custo para esta (e, consequentemente, para a Administração). Acontece que a referida Lei não trouxe qualquer mudança em relação à quantidade de dias que o empregado pode se ausentar do trabalho durante o aviso prévio trabalhado, que é de 7 dias (parágrafo único do art. 488 do Decreto-Lei 5452/1943).

[9] Com a extinção da contribuição social de 10% sobre o aviso prévio, o percentual a ser provisionado para a "multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado" passa a ser de 4%, conforme o Ministério da Economia (<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/26-extincao-da-contribuicao-social-de-10-sobre-o-fgts-e-os-contratos-administrativos>). Diminuindo-se destes 4%, o percentual calculado sobre a "Multa FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado" (Item C deste submódulo), encontra-se o percentual da "Multa FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado".

[10] Conforme Nota Técnica nº 652/2017-MP, serão objeto de balizamento para exclusão da planilha de formação de preços, como custos não renováveis, os itens "A", "B", "D" e "E" do submódulo 4.4, anexo III-A da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008. Apesar da Nota Técnica ter sido emitida durante a vigência da IN 2/2008, entendemos que a recomendação continua válida, uma vez que o submódulo 4.4 da planilha de custo e formação de preços (PCFP) da referida IN corresponde ao módulo 3 da PCFP da IN 5/2017.

[11] De acordo com a Nota Técnica nº 652/2017-MP, os itens "Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado" e a "Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado" são considerados custos renováveis, "tendo em vista que são partes integrantes do ciclo remuneratório do trabalhador, ou seja, será computado sobre todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, o que de forma reflexa incide sobre a provisão da rescisão".

Fonte: Elaboração própria

Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

Este módulo possui 2 submódulos. Os custos estão fundamentados na legislação trabalhista, em manual de preenchimento da planilha de custos e formação de preços elaborado pelo MPOG.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

Tabela 7 - Dados relativos ao submódulo 4.1, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Férias [1] [2] [7] [9]	1,62%	$[(13^{\circ} \text{ Salário} + \text{Férias} + \text{Adicional de férias}) \times (\text{mês trabalhado/meses do ano})] / \text{meses do ano} = [(1+1+1/3) \times (1/12)] / 12 = 0,016204 \Rightarrow 1,62\%$	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XVII).
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais [3] [8] [10]	0,49%	$(1,77/30)/12 = 0,00492 \Rightarrow 0,49\%$	Módulo 1	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 473).
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade [4] [8] [10]	0,02%	$[(5/30)/12] \times 1,5\% = 0,0002 \Rightarrow 0,02\%$	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XIX); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 10, § 1º).
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho [5] [8] [10]	0,03%	$[(15/30)/12] \times 0,0078 = 0,0003 \Rightarrow 0,03\%$	Módulo 1	Decreto nº 89.312/1984 (art. 27); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 131).
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade [6] [8] [10]	0,07%	$[(1 + 1/3)/12] \times (4/12) \times 2\% = 0,0007 \Rightarrow 0,07\%$	Módulo 1	Constituição Federal (art. 6º e 201); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 392).
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (especificar)	0,00%	-	Módulo 1	-
Total		2,23%			

Notas explicativas:

[1] O custo a ser provisionado para o substituto na cobertura de férias ("ferista") será apenas o 13º salário, as férias e o adicional de férias, proporcional a um mês, que é o período em que o titular do posto estará em gozo de férias. A remuneração do "ferista" será paga pelo montante que compõe o módulo 1 da planilha de custo, referente ao mês em que substituiu o titular do posto. Vale lembrar que o valor a ser pago ao titular do posto, em relação ao mês em que estiver em férias, foi provisionado através do item B do submódulo 2.1.

[2] Esta ausência, que é de 30 dias a cada 12 meses trabalhados (art. 130, I da CLT) e, por ser uma determinação legal, o percentual de ocorrência é de 100%.

[3] O Ministério do Planejamento informou que há em média 2,96 faltas por ano nesta rubrica (Acórdão-TCU nº 1753/2008 – Plenário). Por sua vez, o TCU considera apenas 1 dia, por ser a média de falta de cada trabalhador por ano, de acordo com estatísticas do IBGE (Acórdão-TCU nº 1904/2007 - Plenário). Assim, consideraremos uma média calculada conforme abaixo:

Percentual dos trabalhadores	Dias de licença	Dias efetivos de licença
22,00%	3	0,66
33,00%	2	0,66
45,00%	1	0,45
Total		1,77

[4] Estimativa de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) dos empregados usufruindo 5 (cinco) dias da licença por ano, de acordo com estudo do MPOG, p. 27

[5] Estimativa de 1 (uma) licença de 15 (quinze) dias por ano para 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados, de acordo com estudo do MPOG, p. 28

[6] Considerando a quantidade de meses da licença maternidade no ano (4/12) e o percentual de ocorrência da licença (2%). O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva, de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao período da licença, de modo que a planilha acaba não cobrindo as férias do substituto. Como solução, foi incluído na memória de cálculo, as Férias e o Adicional de Férias, conforme entendimento adotado em pregões do TCU (Pregão nº 33/2020 - UASG 30001).

[7] Este custo torna-se não renovável na última prorrogação contratual, uma vez que as férias do titular do posto serão indenizadas, não havendo necessidade do "ferista" nesta ocasião.

[8] A cada prorrogação contratual, caso o valor provisionado para este custo não tenha sido utilizado nos últimos 12 meses, o respectivo valor deverá ser excluído da planilha relativa àquela prorrogação, uma vez que não há necessidade de provisionar novamente um custo não incorrido. Assim, a renovação do custo só poderá ocorrer mediante a comprovação, por parte da contratada, a ocorrência do evento que justificou o provisionamento daquele custo. Esta também é a lógica a ser considerada, antes de cada prorrogação, em relação aos custos que compõem o módulo 3. Tal entendimento está de acordo com a Nota Técnica nº 652/2017- Delog/Seges/MP (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/impactos-da-reforma-trabalhista-nos-contratos-da-administracao>). Ainda conforme esta Nota Técnica, "caso tenham sido utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar/proporcional."

[9] Foi utilizado como divisor a quantidade de meses no ano (12), em vez da quantidade de meses da vigência inicial (24), uma vez que o prestador terá o direito às férias "após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho" (art. 130 da CLT). Ou seja, durante vigência inicial do contrato, o prestador terá direito ao gozo de 2 períodos de férias.

[10] Foi utilizado como divisor a quantidade de meses no ano (12), em vez da quantidade de meses da vigência inicial (24), uma vez que a estatística é anual. De outra forma, multiplicando-se por 2 a estatística anual e dividindo-se por 24, o resultado seria o mesmo.

Fonte: Elaboração própria

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

As informações relativas ao custo que compõe este submódulo, para todos os postos, estão demonstradas na tabela abaixo, juntamente com a nota explicativa.

Tabela 8 - Dados relativos ao submódulo 4.2, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação [1]	0,00%	-	-	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 71)

Nota explicativa:

[1] Não deverá ser cotado este custo, uma vez que será concedido o intervalo, sem necessidade de um substituto para o posto durante o mesmo.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 5 – Insumos diversos

O custo dos insumos diversos tem como base a relação de insumos. A tabela a seguir demonstra informações relativas a este módulo para os postos com contrato de tradicional, com notas explicativas.

Tabela 9 - Dados relativos ao módulo 5, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do valor	Base de cálculo	Fundamento
A	Uniformes [1] [2]		Custo anual de uniformes / 12	Custo anual de uniformes	-
B	EPIs/EPCs		Custo anual de EPIs/EPCs / 12	Custo anual de EPIs/EPCs (sob demanda)	-

Notas explicativas:

[1] Os insumos serão fornecidos em quantidades e períodos preestabelecidos no termo de referência, sendo que um kit completo de uniformes será fornecido antes do início do contrato. Estes insumos serão pagos de forma parcelada, diluídos ao longo do contrato.

[2] Este custo poderá não ser renovado integralmente. As quantidades de insumos também representam uma estimativa do que será fornecido, com base na experiência da execução contratual do IFRN para o mesmo objeto. Caso o contrato seja renovado, pode não ser necessário substituir insumos de maior durabilidade (como o calçado, o cinto e o crachá), o que dispensa um novo fornecimento destes insumos e torna o custo destes insumos não renovável.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Os custos que compõem este módulo têm como base a legislação tributária e um caderno de logística do Ministério do Planejamento com as devidas justificativas. A tabela seguinte demonstra as informações relativas ao módulo 6, para todos os postos com contrato de trabalho tradicional, com notas explicativas.

Tabela 10 - Dados relativos ao módulo 6, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	Custos Indiretos [1]	3,00%	-	Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5	-
B	Lucro [1]	6,79%	-	Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e Custos Indiretos	-
C	COFINS [2] [4]	3,00%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar nº 70/1991.
	PIS [2] [4]	0,65%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar nº 7/1970.
	ISS [3] [4]	5,00%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar nº 116/2003.

Notas explicativas:

[1] Para os custos indiretos e lucro, foram considerados estes percentuais como o máximo aceitável. A licitante deverá utilizar seus próprios percentuais. Para fins de estimativa, foram considerados os percentuais mínimos para o serviço de limpeza e conservação em orientação disponibilizada no Portal de Compras do Governo Federal, p. 62 (<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/midia/elaborao-da-planilha-de-custos-e-formao-de-preos.pdf>). Vale destacar que esta orientação é mais recente do que o caderno de logística que trata deste serviço. Entendemos que a utilização dos percentuais constantes nesta orientação (inclusive em casos em que o objeto não seja limpeza e conservação) revela-se uma boa prática, uma vez que são objeto de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA). Ademais, a utilização dos percentuais mínimos desta orientação visa mitigar os danos de uma eventual baixa participação de interessados na disputa do objeto. Contudo, a licitante deverá informar os seus próprios percentuais para a execução do objeto.

[2] As alíquotas apresentadas consideram o regime de incidência cumulativa de PIS e COFINS (Lucro presumido). A empresa deve observar seu próprio regime, conforme a legislação aplicável. Caso seja tributada pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS (lucro real), deve cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas. Outras informações podem ser encontradas no item 'Informações relevantes para o dimensionamento da proposta' no Termo de Referência.

[3] A alíquota do ISS será 5%, conforme art. 25 do Regulamento do Imposto sobre Serviços - Natal/RN (Decreto Nº 8.162 de 29/05/2007, publicado no DOM nº 1.155 de 31/05/2007 – Edição extra). Vale destacar que, por se tratar de fornecimento de mão-de-obra, este imposto será devido no local do estabelecimento do tomador da mão-de-obra (art. 3º, XX, da Lei Complementar 116/2003).

[4] Cada um dos tributos é obtido, aplicando-se a alíquota correspondente sobre a soma dos módulos A, B, C e D, acrescida dos custos indiretos e do lucro. Fórmula: $[(\text{Soma dos módulos (A, B, C, D)} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucros}) / (1 - \text{Soma das alíquotas})] * \text{Alíquota correspondente}$. Ex.: Para o cálculo do PIS, com base no lucro presumido, a fórmula é a seguinte: $[(\text{Soma dos módulos (A, B, C, D)} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucros}) / (1 - 0,0865)] * 0,0065$

APÊNDICE V-B
Memória de cálculo dos percentuais da PCFP (motorista eventual, item 2 da licitação)

Esta memória de cálculo é comum a todos os órgãos participantes, se houverem. Ela é compatível com contratos com vigência inicial informada na tabela 1.

Tabela 1 - Vigência inicial do contrato em meses

	Duração em meses
Vigência inicial do contrato	24

Fonte: Elaboração própria

Dados básicos

Para a elaboração das planilhas de custos dos postos, foram considerados, além desta memória de cálculo, os dados básicos para a PCFP, tanto os definidos pelo campus como os que dependem da proposta da empresa, e os insumos a serem fornecidos.

Foram consideradas as disposições contidas na instrumento de negociação coletiva adotado, para fins de estimativa do custo do posto. É importante lembrar que a convenção ou acordo coletivo de trabalho terão prevalência sobre a legislação infraconstitucional, conforme art. 611-A da CLT e repercussão geral reconhecida (Tema 1.046) pelo STF.

Módulo 1 – Composição da remuneração

Quanto aos adicionais de periculosidade e insalubridade, foi considerado o laudo elaborado pela equipe de Segurança de Trabalho do IFRN e nas características da presente contratação. Vale destacar que a contratada deverá elaborar seu próprio laudo, para justificar o pagamento ou não dos adicionais de periculosidade e insalubridade aos seus empregados que irão prestar os serviços ora contratados.

Na tabela a seguir, estão demonstrados os dados relativos ao módulo 1, considerados no cálculo do valor estimado de cada posto.

Tabela 1 - Dados relativos ao módulo 1, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
B	Adicional de periculosidade [1]	0 ou 30%	Salário-base x Adicional de periculosidade	Salário-base	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 191)
C	Adicional de insalubridade [1]	0 ou 40%	Salário-base x Adicional de insalubridade	Salário-mínimo [2]	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 192), Súmula 228/TST, Súmula Vinculante 4/STF

Notas explicativas:

[1] Quanto aos adicionais de periculosidade e insalubridade, foi considerada, para fins de estimativa de custos, a avaliação da equipe de engenheiros de Segurança do Trabalho da Contratante. O licitante deverá manter o valor do adicional de periculosidade e/ou insalubridade. Todavia, o pagamento ou não de cada um destes adicionais está condicionado a apresentação do respectivo laudo.

[2] A utilização do valor do referido piso salarial (e não do salário-mínimo) como base de cálculo para adicional de insalubridade tem respaldo no entendimento do STF, conforme trecho a seguir:

"É importante assinalar, neste ponto, que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 565.714/SP, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, não obstante a diretriz que viria a ser consolidada na Súmula Vinculante nº 4/STF, reconheceu, ainda que de modo excepcional e sempre em caráter meramente supletivo, a possibilidade de utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem pecuniária de servidor público ou de benefício laboral de empregado, até a superveniência de legislação pertinente ou, quando viável, de celebração de acordo coletivo ou de convenção coletiva de trabalho. Na realidade, esta Suprema Corte, ao assim decidir, construiu solução transitória destinada a obstar a ocorrência de indesejável estado de 'vacuum legis'. [AI 344.269-AgR-AgR/SP, rel. min. Celso de Mello, 2ª T, j. 23-06-2009, DJE 148 de 06-08-2009]

Este entendimento também está em consonância com o entendimento da AGU, que orienta que:

"O PISO SALARIAL DA CATEGORIA ESTABELECIDO POR CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, ACORDO COLETIVO DE TRABALHO OU SENTENÇA NORMATIVA SOMENTE PODERÁ SER ADOTADO COMO BASE DE CÁLCULO SE O INSTRUMENTO COLETIVO DISPUSER, EXPRESSAMENTE, SOBRE TAL DIREITO." [CONCLUSÃO DEPCONSU/PGF/AGU Nº 147/2018]

Assim, será utilizado como base de cálculo do adicional de insalubridade o piso salarial do grupo I conforme disposto na Convenção Coletiva de Trabalho.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Além de serem previstos em legislação trabalhista, os encargos e benefícios concedidos tem como base as convenções e acordo coletivos de trabalho considerados, os quais já foram demonstrados.

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

Os custos que compõem o submódulo 2.1 estão previstos na legislação trabalhista. A tabela a seguir demonstra as principais informações referentes aos componentes deste submódulo, inclusive a memória de cálculo de cada percentual. A tabela se aplica a todos os postos.

Tabela 2 - Dados relativos ao submódulo 2.1, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	13º Salário [1]	8,33%	Remuneração / Qtde. de meses do ano => 1/12 => aprox. 0,0833 => 8,33%	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, VIII).
B	Férias e Adicional de Férias [1]	11,11%	(Remuneração + Remuneração / 3) / Qtde. de meses do ano => (1+1/3)/12 => aprox. 0,1111 => 11,11%	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XVII).
Total		19,44%			

Notas explicativas:

[1] Os prestadores deverão receber, ao final de cada período de prestação de serviço, o pagamento imediato das parcelas que lhe são devidas (art. 452-A, § 6 da CLT), não haverá retenção das verbas rescisórias destes trabalhadores para a conta-depósito vinculada. Assim, não serão adotados os percentuais constantes na tabela "Reserva mensal para pagamento de encargos trabalhistas", conforme Anexo XII da IN 5/2017-SEGES/MP (Conta-depósito vinculada), mas sim os percentuais calculados conforme a memória de cálculo apresentada nesta tabela.

Fonte: Elaboração própria

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras

Os custos que compõem o submódulo 2.2 estão previstos na legislação trabalhista. Os percentuais dependerão do tipo de contrato de trabalho, se tradicional ou temporário. As tabelas a seguir demonstram as informações relativas aos componentes deste módulo.

Tabela 3 - Dados relativos ao módulo 2

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	INSS	20,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.212/1991 (art. 22, I).
B	Salário Educação	2,50%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto nº 87.043/1982 (art. 3º, I); Lei nº 9.424/1996 (art. 15)
C	SAT - Seguro Acidente de Trabalho (informar RAT da empresa) [1]	6,00%	RAT x FAP = 3% x 2 = 6%	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.212/1991 (art. 22, II); Decreto nº 3.048/1999 (anexo V); Decreto nº 6.957/2009.
D	SESC ou Sesi	1,50%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto-Lei nº 9.853/1946 (art. 3º), Lei nº 8.036/1990 (art. 30).
E	SENAI - SENAC	1,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto-Lei nº 6.246/1944 (art. 1º); Decreto-Lei nº 8.621/1946 (art. 4º); Súmula 499 do STJ.
F	SEBRAE	0,60%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.029/1990 (art. 8º); Tema nº 325 do STF (que faz referência a EC 33/2001).
G	INCRA	0,20%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Decreto-Lei nº 1.146/1970 (art. 1º); Tema nº 495 do STF (que faz referência a EC 33/2001).
H	FGTS	8,00%	-	Módulo 1 + Submódulo 2.1	Lei nº 8.036/1990 (art. 15); Constituição Federal (art. 7º, III).
Total		39,80%			

Notas explicativas:

[1] O percentual relativo ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho) é obtido multiplicando o grau de risco (RAT) pelo Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Para fins de estimativa, foram considerados os seguintes dados:

- RAT: Será considerado como grau de risco (RAT), 2%, que é o aplicável para '7830-2/00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros', conforme o Anexo V do Decreto n. 3.048/1999.
- FAP: Nesta estimativa, será considerado o FAP máximo, que equivale a 2, conforme o art. 202-A, § 1º, do referido decreto].

Todavia, a empresa deverá utilizar seu próprio índice, atribuído pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e consultado através do site: <https://www2.dataprev.gov.br/FapWeb/faces/pages/principal.xhtml>. Para fins de comprovação do SAT informado, a empresa deverá apresentar sua GFIP mais recente ou outro documento aplicável.

Fonte: Elaboração própria

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

Os custos que compõem o submódulo 2.3 têm como fundamento a(s) convenção(ões) e acordo(s) coletivo(s) de trabalho considerado(s). A tabela a seguir demonstra os dados referentes ao submódulo 2.3 para todos os postos, com notas explicativas. No Apêndice IV-B, constam as tabelas com os dados necessários para os cálculos do submódulo 2.3.

Tabela 4 - Dados relativos ao submódulo 2.3, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do valor	Base de cálculo	Fundamento
A	Transporte [1] [2] [3]	-	(Qtde diária x Preço da passagem) - (Salário-base x Desconto)	Salário-base	Lei nº 7.418/1985 (art 4º);
B	Auxílio-Refeição/Alimentação [4]	-	Valor do auxílio diário - Desconto de 20%	Salário-base	Lei nº 6.321/1976; Decreto nº 5/1991 (art. 2º, § 1º); Convenção Coletiva de Trabalho
C	Plano de saúde [5]	-	Valor do auxílio	-	Convenção Coletiva de Trabalho
D	Plano odontológico [5]	-	Valor do benefício	-	Convenção Coletiva de Trabalho
E	Benefício assistencial [5]	-	Valor do benefício	-	Convenção Coletiva de Trabalho

Notas explicativas:

[1] Em obediência à Lei nº 7.418/1985, será concedido auxílio-transporte a todos os trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços. Este auxílio visa fazer face às despesas do trabalhador com os seus deslocamentos no percurso residência-trabalho e vice-versa (art. 4º da Lei nº 7.418/1985).

[2] Foi considerada a tarifa de transporte público vigente a data de conclusão deste termo de referência. A licitante deve considerar a tarifa vigente na data da apresentação da sua proposta. Contudo, o valor efetivo do auxílio-transporte será calculado durante a gestão do contrato, quando será conhecido o local de residência de cada trabalhador e suas despesas com o deslocamento residência-trabalho e vice-versa. Destacamos que estes deslocamentos deverão ser através de sistema de transporte coletivo público, nos termos do art. 1º da Lei nº 7418/1985. Destacamos ainda que, conforme o § 1º do art. 63 da IN SEGES/MPDG, a contratada deve complementar os custos que porventura variarem em virtude de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantidade de vale-transporte.

[3] Como o posto eventual refere-se a apenas um dia de trabalho, serão consideradas apenas 2 passagens.

[4] Conforme a convenção coletiva, "o benefício do vale alimentação será devido para os dias efetivamente trabalhados". Assim, o valor diário do benefício foi encontrado dividindo o valor mensal por 26, que a quantidade de dias trabalhados por mês.

[5] Considerando que o plano de saúde, o plano odontológico e o benefício assistencial estão vinculado à disponibilização de um benefício, o qual, por padrão de mercado, possui vigência anual, verifica-se que tal benefício não se aplica ao motorista eventual. Isso porque, tratando-se de prestação de serviço esporádica, não se vislumbra a necessidade de disponibilizar estes benefícios, cujo formato e vigência são incompatíveis com a natureza da prestação de serviço eventual. Assim, a equipe de planejamento da contratação procederá com a não inclusão deste item na planilha de custos.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 3 – Provisão para rescisão

Os componentes do módulo 3 tem como base a legislação trabalhista. Os percentuais dependerão do tipo de contrato de trabalho, se tradicional ou temporário (situação também observada no submódulo 2.2 e no módulo 4). A tabela a seguir demonstra os dados relativos a este módulo para os postos com contrato de trabalho tradicional, com notas informativas.

Tabela 5 - Dados relativos ao módulo 3, para os postos com contrato de trabalho tradicional

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	Aviso Prévio Indenizado [1] [2] [3] [10]	0,23%	$\{ \text{remuneração} + [(\text{remuneração} / \text{dias do mês}) \times \text{dias acrescentados ao aviso prévio}] / \text{meses da vigência inicial} \} \times \text{estimativa de substituição} = \{ 1 + [(1/30) \times 3] / 24 \} \times 5\% = 0,23\%$ <p>nas prorrogações, caso não haja renovação integral deste custo, a memória de cálculo será:</p> $\{ [(\text{remuneração} / \text{dias do mês}) \times \text{dias acrescentados ao aviso prévio}] / \text{meses da vigência inicial} \} \times \text{estimativa de substituição} = \{ [(1/30) \times (3+3)] / 24 \} \times 5\% = 0,04\%$	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XXI); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 487, § 1º).
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado [4] [9]	0,02%	$\text{percentual do aviso prévio indenizado} \times \text{alíquota do FGTS} = 0,23\% \times 8\% = 0,02\%$	Módulo 1	Súmula n.º 305 do TST
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado [5] [6] [10]	3,44%	$(\text{remuneração} + 13^\circ \text{ salário} + \text{férias e adicional de férias}) \times \text{FGTS} \times \text{multa} = ((1 + 1/12 + ((1+1/3)/12)) \times 8\% \times 40\%) \times 90\% = 3,44\%$	Módulo 1	Lei Complementar 110/2001 (art. 1º); Lei 8.036/1990, (art. 18, §1º); Lei nº 13.932/2019 (art. 12).
D	Aviso Prévio Trabalhado [7] [8] [10]	0,00%	-	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XXI); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT, art. 487 e 488).
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado [3] [8] [9]	0,00%	-	Módulo 1	-
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado [8] [10]	0,00%	-	Módulo 1	Lei Complementar 110/2001, art. 1º; Lei 8.036/1990 (art. 18, §1º); Lei nº 13.932/2019 (art. 12).
Total		3,69%			

Notas explicativas:

[1] De acordo com Santos (2017), "a legislação que regulamenta o contrato de trabalho intermitente não detém regras específicas relacionadas ao cálculo e pagamento das verbas rescisórias, restando ao Ministério do Trabalho tratar do tema no art. 5º da Portaria MTB 349/2018", que estabelece que:

"Art. 5º As verbas rescisórias e o aviso prévio serão calculados com base na média dos valores recebidos pelo empregado no curso do contrato de trabalho intermitente. Parágrafo único. No cálculo da média a que se refere o caput, serão considerados apenas os meses durante os quais o empregado tenha recebido parcelas remuneratórias no intervalo dos últimos doze meses ou o período de vigência do contrato de trabalho intermitente, se este for inferior".

Santos (2017) destaca que "o contrato de trabalho intermitente tem o pagamento das verbas salariais (salário, 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de um terço) ao término de cada período trabalhado (§ 6º do art. 452-A da CLT), de modo que na rescisão contratual ocorre uma limitação das verbas rescisórias, que por vezes se restringe à multa de 40% sobre os depósitos fundiários e ao aviso prévio, dependendo da modalidade da rescisão".

Santos (2017) também acrescenta que:

"A MP 808/2017 trazia dois dispositivos específicos acerca da rescisão contratual do contrato de intermitência, um que conceituava a hipótese de rescisão compulsória pela ausência de convocação – art. 452-D – e o segundo que tratava de regras pontuais quanto ao cálculo de verbas rescisórias (hipóteses de pagamento pela metade e pagamento integral), além de possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS e não autorização ao ingresso do Programa de Seguro-Desemprego – art. 452-E. Contudo, ao perder sua vigência em 22.4.2018, a MP 808/2018 não mais pode ser aplicada, de modo que para fins rescisórios devem ser aplicadas, por analogia, as regras gerais estabelecidas aos contratos por prazo indeterminado".

Fonte:

SANTOS, Jackson Passos. Contrato de trabalho intermitente. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Pedro Paulo Teixeira Manus e Suely Gitelman (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/351/edicao-1/contrato-de-trabalho-intermitente>

[2] Em levantamento efetuado em diversos contratos, o MPOG (2011, p. 24) alerta que cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho

(http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf).

[3] Quando o contrato for prorrogado, caso não haja demissão nos últimos 24 meses, "deverá constar da planilha de custos para a prorrogação somente a previsão da extensão do aviso prévio, consoante disposto na Lei nº 12.506, de 2011, de três (03) dias a mais por ano trabalhado, até o limite máximo de 42 (quarenta e dois) dias, haja vista que os contratos poderão ser prorrogados até 60 (sessenta) meses", conforme orientação contida no compranet (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/orientacoes-e-procedimentos/impactos-da-reforma-trabalhista-nos-contratos-da-administracao>). Ainda de acordo com a orientação citada, "além deste, também deverão ser renovadas as provisões para possível pagamento de multa sobre o saldo do FGTS, uma vez que a mesma tem natureza cumulativa aos depósitos realizados mês a mês". Vale destacar que apesar desta orientação ter sido emitida antes da Lei nº 14.133/2021 ter sido sancionada (quando os contratos tinham vigência máxima de 60 meses), sua lógica continua válida para o novo limite máximo da vigência dos contratos administrativos, estabelecido por esta Lei, a saber: 120 meses.

[4] Percentual encontrado na planilha de custo e formação de preço elaborado por esta administração. A empresa deve considerar o percentual obtido na sua própria planilha.

[5] O art. 12 da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, extinguiu a contribuição social de 10% sobre a soma dos depósitos do FGTS, no caso de demissão sem justa causa. Assim, nestes casos, deverá ser paga apenas a multa de 40% sobre o referido montante, conforme o art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.

[6] Considerando que 90% do empregados serão demitidos pelo empregador e apenas 10% pedirão demissão, de acordo com estudo do MPOG, p. 24 (http://www.comprasnet.gov.br/publicacoes/manuais/manual_preenchimento_planilha_de_custo_-_18-06-2011.pdf) Redução de 7 dias ou de 2h por dia, conforme art. 488 da CLT.

[8] "Para o contrato intermitente, o entendimento doutrinário é de que não caberia aviso-prévio trabalhado, seja quando o aviso-prévio é dado pelo empregado ou pelo empregador, pois descaracterizaria o critério da descontinuidade da prestação de serviço previsto no § 3º do artigo 443 da CLT" (<https://legisjet.com.br/uncategorized/rescisao-do-contrato-intermitente/>). Portanto, os percentuais relativos ao aviso prévio trabalhado (itens "D", "E" e "F" do módulo 3) serão zerados.

[9] Conforme Nota Técnica nº 652/2017-MP, serão objeto de balizamento para exclusão da planilha de formação de preços, como custos não renováveis, os itens "A", "B", "D" e "E" do submódulo 4.4, anexo III-A da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008. Apesar da Nota Técnica ter sido emitida durante a vigência da IN 2/2008, entendemos que a recomendação continua válida, uma vez que o submódulo 4.4 da planilha de custo e formação de preços (PCFP) da referida IN corresponde ao módulo 3 da PCFP da IN 5/2017.

[10] De acordo com a Nota Técnica nº 652/2017-MP, os itens "Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado" e a "Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado" são considerados custos renováveis, "tendo em vista que são partes integrantes do ciclo remuneratório do trabalhador, ou seja, será computado sobre todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, o que de forma reflexa incide sobre a provisão da rescisão".

Fonte: Elaboração própria

Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

Este módulo possui 2 submódulos. Os custos estão fundamentados na legislação trabalhista, em manual de preenchimento da planilha de custos e formação de preços elaborado pelo MPOG.

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

Tabela 6 - Dados relativos ao submódulo 4.1, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Férias [1]	-	-	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XVII).
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais [1]	-	-	Módulo 1	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 473).
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade [1]	-	-	Módulo 1	Constituição Federal (art. 7º, XIX); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 10, § 1º).
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho [1]	-	-	Módulo 1	Decreto nº 89.312/1984 (art. 27); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 131).
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade [1]	-	-	Módulo 1	Constituição Federal (art. 6º e 201); Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 392).
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (especificar)	0,00%	-	Módulo 1	-
Total		0,00%			

Notas explicativas:

[1] Como o profissional recebe as férias proporcionais ao final da prestação de serviço (art. 452-A, § 6º, II, da CLT), não terá direito ao gozo de férias. Assim, é inaplicável o custo com o substituto na cobertura de férias.

[2] Como o profissional recebe pelo dia trabalhado, não se incorre nos custos relativos a substituição das demais ausências.

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada

As informações relativas ao custo que compõe este módulo, para todos os postos, estão demonstradas na tabela abaixo, juntamente com a nota explicativa.

Tabela 7 - Dados relativos ao submódulo 4.2, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação [1]	0,00%	-	-	Decreto-Lei nº 5.452/1943, CLT (art. 71)

Nota explicativa:

[1] Não deverá ser cotado este custo, uma vez que será concedido o intervalo, sem necessidade de um substituto para o posto durante o mesmo.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 5 – Insumos diversos

O custo dos insumos diversos tem como base a relação de insumos. A tabela a seguir demonstra informações relativas a este módulo para os postos com contrato de tradicional, com notas explicativas.

Tabela 8 - Dados relativos ao módulo 5, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do valor	Base de cálculo	Fundamento
A	Uniformes [1]	-	Custo anual do kit básico de uniformes / 36	Custo anual de uniformes	-

B	EPIs/EPCs	-	-	Custo anual de materiais e EPIs/EPCs (sob demanda)	-
---	-----------	---	---	----------------------------------------------------	---

Notas explicativas:

[1] Os insumos serão fornecidos em quantidades e períodos preestabelecidos no termo de referência, sendo que um kit básico de uniformes será fornecido antes do início do contrato. Estes insumos serão pagos de forma parcelada, diluídos ao longo do contrato.

[2] No custo anual do kit básico de uniformes, foi incluído o custo de 1 calça social, 1 camisa e 1 meia e 50% do custo de um par de sapatos e de um cinto. Foi incluído apenas 50% do custo de um par de sapatos e de um cinto, considerando que, como o trabalho será eventual, o mesmo motorista poderá prestar serviço em mais de um contrato. Como divisor foi utilizado 36, estimando-se que este será o número de dias que o motorista trabalhará por ano no contrato em tela.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 3 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Os custos que compõem este módulo têm como base a legislação tributária e um caderno de logística do Ministério do Planejamento com as devidas justificativas. No presente caso, os custos que compõem este módulo variará conforme a situação observada em cada mês, se foram fornecidos insumos sob demanda (Cenário 1) ou não (Cenário 2). A tabela seguinte demonstra as informações relativas ao módulo 3.

Tabela 4 - Dados relativos ao módulo 3.

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	Custos Indiretos [1] [2]	6,54%	-	Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5	-
B	Lucro [1]	3,90%	-	Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e Custos Indiretos	-
C	COFINS [3] [5]	3,00%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar n° 70/1991.
	PIS [3] [5]	0,65%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar n° 7/1970.
	ISS [4] [5]	5,00%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar n° 116/2003.

Notas explicativas:

[1] Para os custos indiretos e lucro, foram considerados estes percentuais como o máximo aceitável. A licitante deverá utilizar seus próprios percentuais. Para fins de estimativa, foram considerados os percentuais mínimos para o serviço de limpeza e conservação em orientação disponibilizada no Portal de Compras do Governo Federal, p. 62 (<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/midia/elaborao-da-planilha-de-custos-e-formao-de-preos.pdf>). Vale destacar que esta orientação é mais recente do que o caderno de logística que trata deste serviço. Entendemos que a utilização dos percentuais constantes nesta orientação (inclusive em casos em que o objeto não seja limpeza e conservação) revela-se uma boa prática, uma vez que são objeto de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA). Ademais, a utilização dos percentuais mínimos desta orientação visa mitigar os danos de uma eventual baixa participação de interessados na disputa do objeto. Contudo, a licitante deverá informar os seus próprios percentuais para a execução do objeto.

[2] Como não se sabe se, no caso do motorista eventual, haverá a contrapartida do trabalhador nos auxílios transporte e alimentação, uma parte (80%) da diferença relativa a esta contrapartida foi incluída no percentual dos custos indiretos. Por esta razão, este percentual para o motorista eventual ficou superior ao dos demais itens. A memória de cálculo do percentual é:

	Auxílio transporte		Auxílio alimentação	
	Valor (R\$)	Memória de cálculo	Valor (R\$)	Memória de cálculo
Valor total	9,8	$(4,9 \times 2) \Rightarrow 9,8$	28,97	$753,2 / 26 \Rightarrow 28,97$
Custo para o empregador	2,62976	$9,8 - (119,504 \times 6\%) \Rightarrow 2,62976$	23,176	$28,97 - (28,97 \times 20\%) \Rightarrow 23,176$
Contrapartida do empregado	7,17024	$9,8 - 2,62976 \Rightarrow 7,17024$	5,794	$28,97 - 23,176 \Rightarrow 5,794$

	Valor (R\$)	Memória de cálculo
Total das contrapartidas	12,96424	$7,17024 + 5,794 \Rightarrow 12,96424$
20% das contrapartidas	2,592848	$12,96424 \times 20\% \Rightarrow 2,592848$
Valor a ser absorvido nos custos indiretos	10,371392	$12,96424 - 2,592848 \Rightarrow 10,371392$

Memória de cálculo do percentual de custos indiretos:

Valor total das contrapartidas dos auxílios transporte e alimentação / Valor total dos módulos 1 a 4

$$\frac{10,371392}{119,5 + 96,6 + 4,41 + 7,9} = \frac{10,371392}{228,41} = 4,54069086\%$$

Logo,

2% (que são os custos mínimos, conforme orientação no comprasnet)
+ 4,54% (para custear o valor total a ser absorvido pela Administração)
6,54% (custos indiretos para a diária de serviço do motorista eventual)

[3] As alíquotas apresentadas consideram o regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS (Lucro real). A empresa deve observar seu próprio regime, conforme a legislação aplicável. Caso seja tributada pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS (lucro real), deve cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas. Outras informações podem ser encontradas no item 'Informações relevantes para o dimensionamento da proposta' no Termo de Referência.

[4] A alíquota do ISS será 5%, conforme art. 25 do Regulamento do Imposto sobre Serviços - Natal/RN (Decreto Nº 8.162 de 29/05/2007, publicado no DOM nº 1.155 de 31/05/2007 – Edição extra). Vale destacar que, por se tratar de fornecimento de mão-de-obra, este imposto será devido no local do estabelecimento do tomador da mão-de-obra (art. 3º, XX, da Lei Complementar 116/2003).

[5] Cada um dos tributos é obtido, aplicando-se a alíquota correspondente sobre a soma dos módulos A, B, C e D, acrescida dos custos indiretos e do lucro. Fórmula: $[(\text{Soma dos módulos (A, B, C, D)} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucros}) / (1 - \text{Soma das alíquotas})] \times \text{Alíquota correspondente}$. Ex.: Para o cálculo do PIS, com base no lucro presumido, a fórmula é a seguinte: $[(\text{Soma dos módulos (A, B, C, D)} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucros}) / (1 - 0,0865)] \times 0,0065$

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE V-C
Memórias de cálculo (diárias de viagem, itens 3 e 4 da licitação)

Estas memórias de cálculo são comuns a todos os órgãos participantes, se houverem.

Dados básicos

Para a elaboração das planilhas de custos das diárias foram considerados os valores estabelecidos na convenção coletiva de trabalho.

Por se tratar de verba de caráter indenizatório, só haverá incidência dos custos indiretos, lucro e tributos. A metodologia para o cálculo destes custos, bem como as observações necessárias, são as mesmas demonstradas no módulo 6 na memória de cálculo do posto.

Módulo 1 – Diária

O único custo que compõe este módulo é o valor da diária com ou sem pernoite, conforme convenção coletiva de trabalho.

Módulo 2 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Os custos que compõem este módulo têm como base a legislação tributária e um caderno de logística do Ministério do Planejamento com as devidas justificativas. A tabela seguinte demonstra as informações relativas ao módulo 6, para todos os postos com contrato de trabalho tradicional, com notas explicativas.

Tabela 1 - Dados relativos ao módulo 6, para todos os postos

Item	Descrição	%	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	Custos Indiretos [1]	2,00%	-	Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5	-
B	Lucro [1]	3,90%	-	Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e Custos Indiretos	-
C	C.1 - Tributos Federais (COFINS) [2] [4]	3,00%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar n° 70/1991.
	C.1 - Tributos Federais (PIS) [2] [4]	0,65%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar n° 7/1970.
	C.3 - Tributos Municipais (ISS) [3] [4]	5,00%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar n° 116/2003.

Notas explicativas:

[1] Para os custos indiretos e lucro, foram considerados estes percentuais como o máximo aceitável. A licitante deverá utilizar seus próprios percentuais. Estes percentuais, utilizados para fins de estimativa, constam como cenário de atenção (mínimo) em orientação disponibilizada no Portal de Compras do Governo Federal, p. 62 (<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/midia/elaborao-da-planilha-de-custos-e-formao-de-preos.pdf>). Vale destacar que esta orientação é mais recente do que o caderno de logística que trata deste serviço. Caso não haja no referido estudo, percentual para o serviço a ser contratado, optar-se-á pelos percentuais mínimos estabelecidos neste estudo, visando mitigar os danos de uma eventual baixa participação de interessados na disputa do objeto. Contudo, a licitante deverá informar os seus próprios percentuais para a execução do objeto.

[2] As alíquotas apresentadas consideram o regime de incidência cumulativa de PIS e COFINS (Lucro presumido). A empresa deve observar seu próprio regime, conforme a legislação aplicável. Caso seja tributada pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS (lucro real), deve cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas. Outras informações podem ser encontradas no item 'Informações relevantes para o dimensionamento da proposta' no Termo de Referência.

[3] A alíquota do ISS será 5%, conforme art. 25 do Regulamento do Imposto sobre Serviços - Natal/RN (Decreto Nº 8.162 de 29/05/2007, publicado no DOM nº 1.155 de 31/05/2007 – Edição extra). Vale destacar que, por se tratar de fornecimento de mão-de-obra, este imposto será devido no local do estabelecimento do tomador da mão-de-obra (art. 3º, XX, da Lei Complementar 116/2003).

[4] Cada um dos tributos é obtido, aplicando-se a alíquota correspondente sobre a soma dos módulos A, B, C e D, acrescida dos custos indiretos e do lucro. Fórmula:
$$\left[\frac{\text{Soma dos módulos (A, B, C, D)} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucros}}{1 - \text{Soma das alíquotas}} \right] \times \text{Alíquota correspondente}$$
 Ex.: Para o cálculo do PIS, com base no lucro presumido, a fórmula é a seguinte:
$$\left[\frac{\text{Soma dos módulos (A, B, C, D)} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucros}}{1 - 0,0865} \right] \times 0,0065$$

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE V-D
Memória de cálculo dos percentuais da PCFP (horas eventuais, item 5 da licitação)

Estas memórias de cálculo são comuns a todos os órgãos participantes, se houverem.

Sobre as horas trabalhadas além da jornada de trabalho e aos domingos e feriados, inclusive com adicional noturno, por não serem habituais, incidirão apenas os encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições (módulo 2) e custos indiretos, lucro e tributos, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

Módulo 1 – Composição da remuneração

Na tabela a seguir, estão demonstrados os dados relativos ao módulo 1, considerados no cálculo do valor estimado de cada posto.

Tabela 1 - Dados relativos ao módulo 1, para todos os postos

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	Valor da Hora Normal [1]	-	-	Salário-base	art. 64 da CLT
B	Adicional de Hora Extra	50,00%	-	Valor da hora normal	Cláusula Vigésima Terceira da CCT RN000292/2025; arts. 59 e 611-A da CLT.
C	Adicional de Hora aos Domingos e Feriados	100,00%	-	Valor da hora normal	Cláusula Vigésima Terceira da CCT RN000292/2025; art. 9º da Lei nº 605/1949 e art. 611-A da CLT.
D	Adicional Noturno	30,00%	-	[Valor da hora normal + (Adicional de hora extra OU Adicional de hora aos domingos e feriados)]	Cláusula Sétima da CCT RN000292/2025; arts. 73 e 611-A da CLT.
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida [2] [3]	14,29%	-	[Valor da hora normal + (Adicional de hora extra OU Adicional de hora aos domingos e feriados) + Adicional noturno]	Cláusula Sétima da CCT RN000292/2025; arts. 73, § 1º e 611-A da CLT.

Notas explicativas:

[1] Em artigo publicado no site da AMATRA IV (Associação dos Magistrados do Trabalho da 4ª Região), Evandro Luís Urnau, Juiz do Trabalho Substituto no Tribunal Regional do Trabalho daquela região, lembra que o artigo 64 da CLT estabelece que “o salário-hora normal, no caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal correspondente à duração do trabalho, a que se refere o art. 58, por 30 (trinta) vezes o número de horas dessa duração”. O magistrado destaca que a última parte do referido dispositivo legal trata especificamente do divisor. Assim, no caso de alguém que trabalha 44 horas semanais, de segunda a sábado, trabalha em média 7,33 horas/dia. Seguindo a forma de cálculo do divisor ao final do art. 64 da CLT (30 vezes o número de horas da duração do trabalho), multiplica-se 30 vezes por 7,33 horas/dia, que corresponde a aproximadamente 220, que é o divisor. O artigo do magistrado pode ser consultado através do link: <https://www.amatra4.org.br/artigos-2/artigos/o-divisor-220-e-o-limite-mensal-de-horas-trabalhadas/>.

[2] De acordo com o art. 73, § 1º da CLT, “a hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos”. Em outras palavras, cada 60 minutos trabalhados a noite correspondem a 52 minutos e 30 segundos. Assim, os 7 minutos e 30 segundos, que faltam para completar os 60 minutos, serão remunerados com o adicional de hora reduzida noturna. O percentual relativo a este adicional é 14,29%, obtido dividindo os 7 minutos e 30 segundos pelos 52 minutos e 30 segundos ($7,5/52,5 = 0,1429 \Rightarrow 14,29\%$).

[3] De acordo com a Cláusula Sétima da CCT, “o adicional noturno relativo ao trabalho compreendido entre vinte e duas horas e cinco horas será de 30%(trinta por cento) sobre o valor da hora normal, considerando-se compensada a prorrogação em caso de extensão do trabalho noturno, nos termos da lei”. Assim, por considerar-se “compensada a prorrogação em caso de extensão do trabalho noturno”, conforme CCT, entendemos não ser aplicável o adicional de hora noturna reduzida, que visa compensar a diferença entre a duração da hora do trabalho diurno (60 minutos) e a do trabalho noturno (52 minutos e 30 segundos).

Fonte: Elaboração própria

Módulo 2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

Os custos que compõem o módulo 2 estão previstos na legislação trabalhista. Os percentuais dependerão do tipo de contrato de trabalho, se tradicional ou temporário. As tabelas a seguir demonstram as informações relativas aos componentes deste módulo.

Tabela 2 - Dados relativos ao módulo 2

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	INSS	20,00%	-	Módulo 1	Lei nº 8.212/1991 (art. 22, I).
B	Salário Educação	2,50%	-	Módulo 1	Decreto nº 87.043/1982 (art. 3º, I); Lei nº 9.424/1996 (art. 15)
C	SAT - Seguro Acidente de Trabalho (informar RAT da empresa) [1]	6,00%	$RAT \times FAP = 3\% \times 2 = 6\%$	Módulo 1	Lei nº 8.212/1991 (art. 22, II); Decreto nº 3.048/1999 (anexo V); Decreto nº 6.957/2009.
D	SESC ou Sesi	1,50%	-	Módulo 1	Decreto-Lei nº 9.853/1946 (art. 3º), Lei nº 8.036/1990 (art. 30).
E	SENAI - SENAC	1,00%	-	Módulo 1	Decreto-Lei nº 6.246/1944 (art. 1º); Decreto-Lei nº 8.621/1946 (art. 4º); Súmula 499 do STJ.
F	SEBRAE	0,60%	-	Módulo 1	Lei nº 8.029/1990 (art. 8º); Tema nº 325 do STF (que faz referência a EC 33/2001).
G	INCRA	0,20%	-	Módulo 1	Decreto-Lei nº 1.146/1970 (art. 1º); Tema nº 495 do STF (que faz referência a EC 33/2001).
H	FGTS	8,00%	-	Módulo 1	Lei nº 8.036/1990 (art. 15); Constituição Federal (art. 7º, III).
Total		39,80%			

Notas explicativas:

[1] O percentual relativo ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho) é obtido multiplicando o grau de risco (RAT) pelo Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Para fins de estimativa, foram considerados os seguintes dados:

- RAT: Será considerado como grau de risco (RAT), 2%, que é o aplicável para '7830-2/00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros', conforme o Anexo V do Decreto n. 3.048/1999.
- FAP: Nesta estimativa, será considerado o FAP máximo, que equivale a 2, conforme o art. 202-A, § 1º, do referido decreto].

Todavia, a empresa deverá utilizar seu próprio índice, atribuído pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social e consultado através do site: <https://www2.dataprev.gov.br/FapWeb/faces/pages/principal.xhtml>. Para fins de comprovação do SAT informado, a empresa deverá apresentar sua GFIP mais recente ou outro documento aplicável.

Fonte: Elaboração própria

Módulo 3 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Os custos que compõem este módulo têm como base a legislação tributária e um caderno de logística do Ministério do Planejamento com as devidas justificativas. No presente caso, os custos que compõem este módulo variará conforme a situação observada em cada mês, se foram fornecidos insumos sob demanda (Cenário 1) ou não (Cenário 2). A tabela seguinte demonstra as informações relativas ao módulo 3.

Tabela 3 - Dados relativos ao módulo 3.

Item	Descrição	Percentual (%)	Memória de cálculo do percentual	Base de cálculo	Fundamento
A	Custos Indiretos [1]	2,00%	-	Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5	-
B	Lucro [1]	3,90%	-	Soma dos Módulos 1, 2, 3, 4 e Custos Indiretos	-
C	Tributos [2] [4]	3,00%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar nº 70/1991.
	C.1 - Tributos Federais (COFINS) [2] [4]	0,65%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar nº 7/1970.
	C.1 - Tributos Federais (PIS) [3] [4]	5,00%	-	(Soma dos módulos 1, 2, 3 e 4 + Custos indiretos + Lucros) / (1 - soma das três alíquotas)	Lei Complementar nº 116/2003.

Notas explicativas:

[1] Para os custos indiretos e lucro, foram considerados estes percentuais como o máximo aceitável. A licitante deverá utilizar seus próprios percentuais. Estes percentuais, utilizados para fins de estimativa, constam como cenário de atenção (mínimo) em orientação disponibilizada no Portal de Compras do Governo Federal, p. 62 (<https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/midia/elaborao-da-planilha-de-custos-e-formao-de-preos.pdf>). Vale destacar que esta orientação é mais recente do que o caderno de logística que trata deste serviço. Caso não haja no referido estudo, percentual para o serviço a ser contratado, optar-se-á pelos percentuais mínimos estabelecidos neste estudo, visando mitigar os danos de uma eventual baixa participação de interessados na disputa do objeto. Contudo, a licitante deverá informar os seus próprios percentuais para a execução do objeto.

[2] As alíquotas apresentadas consideram o regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS (Lucro real). A empresa deve observar seu próprio regime, conforme a legislação aplicável. Caso seja tributada pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS (lucro real), deve cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas. Outras informações podem ser encontradas no item 'Informações relevantes para o dimensionamento da proposta' no Termo de Referência.

[3] A alíquota do ISS será 5%, conforme art. 25 do Regulamento do Imposto sobre Serviços - Natal/RN (Decreto Nº 8.162 de 29/05/2007, publicado no DOM nº 1.155 de 31/05/2007 – Edição extra). Vale destacar que, por se tratar de fornecimento de mão-de-obra, este imposto será devido no local do estabelecimento do tomador da mão-de-obra (art. 3º, XX, da Lei Complementar 116/2003).

[4] Cada um dos tributos é obtido, aplicando-se a alíquota correspondente sobre a soma dos módulos A, B, C e D, acrescida dos custos indiretos e do lucro. Fórmula: $[(\text{Soma dos módulos (A, B, C, D)} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucros}) / (1 - \text{Soma das alíquotas})] * \text{Alíquota correspondente}$. Ex.: Para o cálculo do PIS, com base no lucro presumido, a fórmula é a seguinte: $[(\text{Soma dos módulos (A, B, C, D)} + \text{Custos indiretos} + \text{Lucros}) / (1 - 0,0865)] * 0,0065$

Fonte: Elaboração própria

Documento Digitalizado Público

Apêndice V - Memórias de cálculo

Assunto: Apêndice V - Memórias de cálculo
Assinado por: Humberto Junior
Tipo do Documento: Documento Informativo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Humberto Dantas de Oliveira Junior, ADMINISTRADOR**, em 07/11/2025 18:41:24.

Este documento foi armazenado no SUAP em 07/11/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2381848
Código de Autenticação: 0f95132822

